

Revisão das metas negociadas com o FMI depende do IPC de setembro

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Do comportamento da inflação no mês de setembro vai depender, basicamente, o cumprimento ou não das metas negociadas pelo governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Na avaliação de técnicos governamentais conceituados, a repetição no próximo mês do nível de inflação observado em julho — de 24% — vai comprometer irremediavelmente as metas fixadas para o desempenho do déficit público, não só neste terceiro trimestre como também aquelas programadas para dezembro.

Uma reprise do patamar de inflação de 24% no mês que vem eleva a média mensal deste segundo semestre para o nível de 22%, o que traz para 800% o percentual de variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) na ponta de final de 1988. Todo o programa de ajuste negociado com o FMI levou em conta uma projeção de inflação de 600%.

O governo está, portanto, na expectativa de como se comportarão os preços daqui até o dia 15 de novembro, e só depois de ter informações seguras sobre o IPC é que poderá pensar na hipótese de ter de reabrir negociações com o FMI. No momento, a discussão sobre um possível pedido de "waiver" — perdão pelo não cumprimento das metas — é considerada como "prematura", na opinião de um categorizado assessor do ministro da Fazenda.

BALANÇA COMERCIAL

O Brasil, de qualquer modo, terá de voltar a conversar com o FMI sobre a revisão do resultado da balança comercial (ver matéria na Página 5) e o consequente aumento das reservas internacionais do país, medidas pelo conceito de caixa do Banco Central

(BC). O nível das reservas deverá ficar cerca de US\$ 1 bilhão acima do valor que serviu de base para a elaboração do programa econômico e que não previa nenhuma variação sobre os US\$ 4,433 bilhões registrados em final de 1987. No governo, há quem considere o princípio aproveitar o momento desta conversão para também tocar na questão das metas do déficit público.

Conforme o memorando de entendimento acertado com o FMI, a necessidade de financiamento do setor público pelo conceito nominal foi fixada em CZ\$ 15 trilhões na posição de final de setembro, e em CZ\$ 30 trilhões para dezembro. Pelo conceito operacional, que desconta as correções monetária e cambial, as metas para setembro e dezembro são, respectivamente, de CZ\$ 1,6 trilhão e de CZ\$ 3,280 trilhões.

DÉFICIT DE 4%

Defende-se, dentro do governo, a tese de que o principal objetivo a atingir neste ano no que diz respeito às contas do setor público resume-se a um déficit de 4% com relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Este seria o principal argumento colocado perante o FMI, caso a inflação volte a disparar em setembro. Deste ponto de vista, o FMI teria de levar em conta que o importante é atingir 4% do PIB — "foi isto o mínimo que acertamos com o Fundo, o resto é consequência", conforme colocou importante fonte do governo — e, ainda, que não há estimativa oficial sobre a posição do PIB antes de serem fechadas as contas nacionais de cada ano.

PROJEÇÃO

Como o PIB também sofre os efeitos da inflação — o valor projetado para o ano, dentro do acordo com o FMI, é de CZ\$ 82 trilhões, embutindo uma inflação implícita média de 520% (para o PIB, usou-se como

deflator a variação do Índice Geral de Preços (IGP) pelo critério de disponibilidade interna da Fundação Getúlio Vargas (FGV) até maio deste ano e a partir daí usou-se a expectativa de variação do IPC — o impacto da variação dos preços sobre o déficit público seria compensado.

O que não se sabe, ainda, no governo, é como o FMI reagiria a um eventual recrudescimento da taxa de inflação em setembro. Além de fatores puramente técnicos, também influenciam na avaliação do FMI

aspectos de ordem política. O que o governo já sabe e está quantificando é que o movimento desenvolvido pelo BC neste mês de agosto, puxando para níveis reais as taxas de juro da Letra Financeira do Tesouro (LFT), teve repercussão sobre o comportamento do déficit público. Além disso, o pagamento em agosto da URP de abril ao funcionalismo público também não estava no programa, embora os técnicos informem que havia margem nas metas fixadas para absorver esta despesa.